

AUTORIDADE PALESTINIANA

AUTORIDADE PALESTINIANA

Chefe da Autoridade Palestina:	Mahmoud Abbas
Chefe do governo:	Salam Fayyad
Penal de morte:	retencionista
População:	4,2 milhões
Expectativa de vida:	72,8 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	29,5 por mil
Taxa de alfabetização:	94,6 por cento

Na Cisjordânia, a Autoridade Palestina (AP), controlada pela Fatah, prendeu e deteve, arbitrariamente, apoiantes do Hamas; na Faixa de Gaza, a administração *de facto* do Hamas prendeu e deteve, arbitrariamente, apoiantes da Fatah. Em ambas as áreas, as forças de segurança torturaram e infligiram maus-tratos contra detidos impunemente; em Gaza, quatro detidos morreram sob custódia. Tanto a AP como o Hamas restringiram a liberdade de expressão e de associação, e as suas respetivas forças de segurança aplicaram força excessiva contra manifestantes. Em Gaza, pelo menos oito pessoas foram condenadas à morte e três foram executadas. Na Cisjordânia, não houve execuções, mas um homem foi sentenciado à morte. A crise humanitária que atinge 1 milhão e 600 mil residentes da Faixa de Gaza persistiu devido à continuidade do bloqueio militar imposto por Israel e das sanções impostas por outros Estados sobre as autoridades *de facto* do Hamas.

Informações gerais

A Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e Gaza continuaram sob ocupação israelita, mas duas autoridades não estatais palestinianas distintas operaram com poderes limitados – o governo da AP, conduzido pela Fatah, na Cisjordânia, e a administração *de facto* do Hamas, em Gaza.

Em setembro, o presidente palestiniano, Mahmoud Abbas, solicitou à ONU que aceitasse a Palestina como um Estado-membro pleno; a solicitação ainda estava sob exame no final de 2011. Em outubro, a Palestina foi admitida como membro da UNESCO. As negociações entre Israel e a AP continuaram paralisadas.

Negociações indiretas entre Israel e o Hamas resultaram na libertação de Gilad Shalit, um soldado israelita mantido preso em Gaza desde 2006. Ele foi libertado a 18 de outubro em troca da libertação, por etapas, de 1.027 prisioneiros palestinianos mantidos em Israel, alguns dos quais foram enviados para o exílio como condição para a sua libertação.

Continuaram os esforços para garantir uma reconciliação entre a AP e o Hamas e para a formação de um governo palestiniano unificado, tendo o Egito como mediador. Um acordo de enquadramento foi assinado em maio, no Cairo, mas não foi implementado em 2011.

Apesar dos anunciados cessar-fogos, grupos armados palestinianos em Gaza lançaram indiscriminadamente roquetes e morteiros em direção a Israel, e as forças israelitas realizaram ataques aéreos supostamente direcionados aos palestinianos, em Gaza, envolvidos nos ataques contra Israel.

Israel continuou a controlar as fronteiras, a costa e o espaço aéreo de Gaza, e manteve o bloqueio militar que vigora desde 2007. O bloqueio afetou severamente a população de Gaza, particularmente as crianças e os adultos mais vulneráveis, perpetuando a crise humanitária. A reabertura da passagem de Rafah, entre Gaza e o Egito, em maio, melhorou o acesso dos residentes ao mundo exterior, mas não aliviou as condições humanitárias; Israel continuou a restringir uma ampla gama de importações para Gaza, provocando um impacto negativo na segurança alimentar, na saúde e na infraestrutura local. Cerca de 36 palestinos foram mortos em ataques aéreos e em acidentes envolvendo os túneis subterrâneos usados para contrabandear mercadorias do Egito até Gaza.

Na Cisjordânia, Israel manteve amplas restrições à circulação dos palestinos e continuou a desenvolver e a expandir colonatos israelitas construídos em território palestino, em violação da legislação internacional. Os colonos judeus atacaram e agrediram palestinos destruindo as suas propriedades com quase total impunidade. Três palestinos, entre os quais duas crianças, foram mortos nesses ataques, e outros ficaram feridos. Oito colonos israelitas, cinco deles membros da mesma família, foram mortos por palestinos.

Prisões e detenções arbitrárias

Na Cisjordânia, as forças de segurança da AP prenderam e detiveram, arbitrariamente, centenas de suspeitos de apoiarem o Hamas; a maioria ficou detida sem acesso ao devido processo legal. Muitos foram presos quando o Presidente Abbas visitava a ONU, em Nova Iorque, em setembro.

Em Gaza, as forças de segurança do Hamas prenderam e detiveram, arbitrariamente, centenas de pessoas suspeitas de apoiarem a Fatah, geralmente mantendo-as sem acesso a advogados e, com frequência, submetendo-as a maus-tratos. A Comissão Independente para os Direitos Humanos (CIDH), um órgão de monitorização instituído pela AP, informou ter recebido denúncias de mais de mil prisões arbitrárias na Cisjordânia e de mais de 700 em Gaza.

O Hamas continuou a proibir a CIDH de visitar os centros de detenção administrados pela Segurança Interna, em Gaza. Na Cisjordânia, a AP proibiu a CIDH de aceder aos centros de detenção da Inteligência Geral entre os meses de março e maio, depois da CIDH ter emitido críticas à agência de segurança.

■Agentes da Segurança Preventiva da AP prenderam Saed Yassin, a 21 de setembro, e fizeram buscas em sua casa, em Nablus, sem dispor de ordens judiciais de prisão ou de busca e apreensão. Detiveram-no durante cinco dias em prisão solitária, antes de o conduzir à presença de um juiz. Acusado de “trabalhar contra a Autoridade Palestiniana”, foi absolvido e libertado depois de 22 dias sob custódia. Os seus interrogadores disseram-lhe que tinha sido detido por razões preventivas relacionadas com a visita do Presidente Abbas à ONU.

■Depois de ser intimado a depor inúmeras vezes em 2011, o jovem ativista Mohammed Matar foi detido por agentes da Segurança Interna, em Gaza, a 14 de agosto, e teve negado o acesso à sua família e a um advogado até ser libertado, a 16 de agosto. Foi interrogado sobre sua viagem ao exterior e seu envolvimento no movimento pela unidade palestina.

Tortura e outros maus-tratos

Detidos foram torturados e submetidos a maus-tratos, principalmente pela Segurança Preventiva e pelo Serviço de Inteligência Geral, na Cisjordânia, e pela Segurança

Interna, em Gaza. Todos praticaram esses abusos com impunidade. A CIDH informou ter recebido mais de 120 dessas denúncias, na Cisjordânia, e mais de 100, em Gaza. Os métodos denunciados incluíam ser espancado, ser suspenso pelos pulsos ou tornozelos e ser forçado a permanecer em pé ou sentado em posições dolorosas (*shabeh*) por longos períodos. A CIDH também recebeu denúncias de tortura e de outros maus-tratos de suspeitos, praticados pela polícia – mais de 50, na Cisjordânia, e 100, em Gaza.

Em Gaza, quatro pessoas morreram sob custódia, em circunstâncias suspeitas.

■ Adel Razeq, segundo informações, morreu quatro dias depois de ter sido preso, sem ordem judicial, a 14 de abril. As autoridades do Hamas disseram que sua morte resultou da deterioração de suas condições de saúde; a família disse que ele gozava de boa saúde quando foi preso. O Hamas informou que sua morte estava a ser investigada; o resultado das investigações não foi divulgado.

Sistema de justiça

A 16 de janeiro, a AP informou que as suas agências de segurança iriam coadunar-se à lei de processo civil e que os civis deixariam de ser julgados perante tribunais militares. Na prática, no entanto, as forças de segurança da AP continuaram a ignorar as ordens judiciais para libertar detidos, e pessoas civis continuaram a ser julgadas por tribunais militares, os quais não se mostraram independentes nem imparciais.

Em Gaza, o Hamas continuou a julgar civis perante tribunais militares injustos e a apoiar-se em procuradores e juízes com pouca formação, qualificação e independência, em vez de se apoiarem naqueles indicados pela AP.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

Tanto a AP como as autoridades do Hamas mantiveram controlos rigorosos à liberdade de expressão, de associação e de reunião. Perseguiram e processaram jornalistas, blogueiros e outros críticos e, em março, usaram força excessiva contra manifestantes que apelavam pela unidade nacional; dezenas de pessoas foram presas e detidas arbitrariamente. Ambas as autoridades impediram a organização islâmica Hizb ut-Tahrir de realizar reuniões – dispersando à força as suas passeatas pacíficas – e restringiram as atividades de outros partidos políticos e outras ONG.

■ A 30 de janeiro e a 2 e 5 de fevereiro, a polícia e as forças de segurança da AP responderam com violência a pessoas que protestavam pacificamente em solidariedade com as manifestações noutros locais na região, agredindo e prendendo manifestantes e jornalistas que cobriam as ações.

■ Na Cisjordânia, o professor e escritor Abdul-Sattar Qassim, de 62 anos, foi detido, a 25 de agosto, depois que um tribunal de Nablus o ter processado por incitamento e difamação, na sequência de ele ter acusado a Universidade An-Najah de não implementar ordens judiciais que permitiam o retorno de três estudantes que tinham sido expulsos. Foi libertado sob fiança quatro dias depois. No final de 2011, o seu julgamento ainda tramitava.

■ As polícias do Hamas, uniformizadas e à paisana, usaram força excessiva, a 15 de março, contra milhares de manifestantes que se reuniram próximo da cidade de Gaza para pedir a reconciliação entre o Hamas e a Fatah. Os policiais utilizaram bastões e cassetetes para agredir os manifestantes, inclusive mulheres, jornalistas e ativistas de

direitos humanos. Também destruíram tendas montadas pelos manifestantes, confiscaram os equipamentos dos jornalistas e detiveram dezenas de pessoas.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática, e continuaram a ser vítimas de violência de gênero – incluindo assassinato – praticada por familiares homens. Grupos de direitos humanos, em Gaza, confirmaram que uma mulher foi morta em dezembro, vítima de um pretenso “crime de honra”.

■ Em maio, a polícia identificou o corpo da jovem Ayat Ibrahim Baradiyya, de 20 anos, que tinha sido atirado a um poço, próximo de Hebron, mais de um ano antes, depois de ela ter sido assassinada pelo seu tio em nome da “honra”. Mais tarde, no mesmo mês de maio, em resposta à comoção pública gerada pelo caso, o Presidente Abbas revogou todos os dispositivos legais que permitiam aos homens obter redução de pena por assassinatos cometidos em nome da “honra”.

Pena de morte

Em Gaza, os tribunais penais e militares sentenciaram à morte pelo menos oito pessoas depois de condená-las por “colaboração com Israel” ou outros crimes. Pelo menos três homens foram executados, um deles por pelotão de fuzilamento, a 4 de maio, e outros dois, pai e filho, por enforcamento, a 26 de julho. Todos tinham sido sentenciados em julgamentos injustos.

Na Cisjordânia, um tribunal militar condenou um homem à morte por assassinato e outros crimes. Não houve execuções.

Abusos cometidos por grupos armados

Grupos armados palestinos associados à Fatah, à Jihad Islâmica e à Frente Popular de Libertação da Palestina dispararam roquetes e morteiros indiscriminadamente contra o sul de Israel, matando duas pessoas e colocando em risco a vida de outras. A escala dos disparos de roquetes foi maior do que em 2010, mas bem menor do que durante a operação militar israelita “Chumbo Fundido”, em 2008-2009.

■ Daniel Viflic, de 16 anos, morreu depois do autocarro escolar onde viajava ter sido atingido por um míssil disparado de Gaza, a 7 de abril.

■ Vittorio Arrigoni, um ativista italiano, foi sequestrado e assassinado por islamitas, em Gaza, a 14 de abril. As forças de segurança do Hamas mataram dois suspeitos durante uma incursão, a 19 de abril; quatro outros suspeitos foram acusados, e o seu julgamento militar estava em curso.

Impunidade

As autoridades do Hamas não investigaram supostos crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade cometidos pelo braço militar do Hamas e por outros grupos armados palestinos, em Gaza, durante a Operação “Chumbo Fundido”.

Visitas/relatórios da AI

☞ Representantes da Amnistia Internacional visitaram a Cisjordânia em maio e novembro, e visitaram Gaza em novembro.

📄 The Palestinian bid for UN membership and statehood recognition (MDE 21/003/2011)

📄 Amnesty International’s updated assessment of Israeli and Palestinian investigations into the Gaza conflict (MDE 15/018/2011)